

MONTEIRO LOBATO E A CRISE DO CAFÉ: O CAIPIRA NO CONTEXTO PRÉ-MODERNISTA

Valdemar Valente Junior (Centro Educacional de Realengo)¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo identificar elementos formadores do conceito de pré-modernismo na criação literária brasileira em vista da mudança de paradigmas que tem efeito com o advento da Primeira República e o início de seu declínio em razão da crise que atinge de modo contundente as lavouras de café no Vale do Paraíba. A essa situação agrega-se a observação precisa da narrativa de Monteiro Lobato, especificamente a partir da publicação das coletâneas de contos *Urupês* (1918) e *Cidades mortas* (1919), que mimetizam em seus momentos de maior tensão a relação entre o homem e a terra. Isso decorre do esgotamento provocado pela monocultura do café e da adaptação dessa cultura às terras do Oeste de São Paulo, concorrendo para a decadência de uma região que até então vivera seu apogeu. Nesse contexto, reside o aspecto principal do que Monteiro Lobato traz para os primeiros instantes de sua obra, ao pensar acerca da literatura como um sucedâneo às condições sociais e econômicas que têm sua origem no atraso brasileiro. Por essa razão, cria em sua obra as personagens Zé Brasil, que não obteve maior êxito, e Jeca Tatu, sendo este último a representação máxima do que considera como estado de penúria do homem interiorano.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do café; Atraso social; Literatura; Cultura; Pré-Modernismo.

ABSTRACT: This article aims to identify elements that form the concept of pre-modernism in Brazilian literary creation in view of the paradigm shift takes effect with the advent of the Primeira Republica and the beginning of its decline due the crisis that strikes the crops of coffee in Vale do Paraíba. Added to this situation is the precise observation of Monteiro Lobato's narrative, specifically from the publication of the collections of short stories *Urupês* (1918) and *Cidades mortas* (1919), which mimic in their moments of greatest tension the relationship between man and land. This is due to the exhaustion caused by the monoculture of coffee and the adaptation of that culture to the lands of the West of São Paulo, contributing to the decay of a region that until then had lived its peak. In this context, lies the main aspect of what Monteiro Lobato brings to the first moments of his work, when thinking about literature as a substitute from the social and economic conditions that have their origin in the Brazilian backwardness. For this reason, he creates in his work the characters Zé Brasil, which was not more successful, and Jeca Tatu, the latter being the maximum representation of what he considers to be a state of destitution for the interior man.

KEYWORDS: Coffee crisis; Social delay; Literature, Culture; Pre-Modernism.

¹ Bacharelato em Letras, Mestre em Ciência da Literatura e Doutor em Ciência da Literatura ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e realizou o Pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: valdemarvalente@gmail.com

INTRODUÇÃO

O que se convencionou chamar de Primeira República constitui-se na alternância do poder de presidentes indicados pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, disso decorrendo o apelido de café com leite para o regime majoritariamente dominado por cafeicultores e pecuaristas desses dois importantes estados. Diante disso, há que se pensar que essa troca de cadeiras atende aos interesses de determinados grupos, na medida em que a isso se sobrepõem a marca e o estilo de cada governante. É certo que o advento republicano, na opinião de alguns de seus críticos mais acerbos, não passou de um arremedo do que fora o sonho dos liberais que se sentem enganados com os descaminhos de um sistema político atrelado ao credo positivista. Isso se confirma no exemplo do dístico que passa a vigorar em nossa bandeira, além do afrancesamento de imitação que irá banir a nomenclatura de origem tupi que remonta o tempo da Monarquia como uma herança maldita a ser extirpada. Nesse sentido, passa a viger uma cultura de superfície que tem nos próceres da poesia parnasiana seus representantes mais legítimos. A isso corresponde uma cultura de aparência, uma vez que os senhores de fraque, cartola e *plastron*, de bigodes retorcidos a ferro quente, são as figuras exponenciais de práticas que se impõem de cima para baixo.

Nesse contexto, as lavouras de café, lastro principal das exportações, sofre uma alteração significativa em sua geografia. A partir do esgotamento das terras do Vale do Paraíba, a cafeicultura nessa região sofre um forte abalo, o que seria compensado com a extensão dessas lavouras às terras roxas do interior paulista. Essa mudança repercute na decadência da região onde antes o café florescia. A isso corresponde a gênese da obra de Monteiro Lobato, proprietário rural herdeiro de terras que com a desvalorização fundiária que se verifica no Vale do Paraíba consegue alienar o que restou de seu patrimônio dirigindo-se a São Paulo com a intenção de estudar Direito na antiga faculdade do Largo da Sé. Por esse meio, o jovem estudante entra em contato com alguns dos responsáveis pelo que anos mais tarde representaria a Semana de Arte Moderna, movimento de alta voltagem que decretaria um termo à cultura do artifício e à retórica empostada como imposição da geração de Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. Por conta disso, a tomada de posição de Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia contaria com a participação de Monteiro Lobato, mas, ao que tudo indicam, suas ideias pessoais que o levam a um caminho independente.

Assim, verifica-se em Monteiro Lobato uma tomada de posição que, se por um lado, contraria as transformações em voga, na contramão do conservadorismo que predomina, do ponto de vista da observação social alinha-se muito mais à dição pré-moderna registrada como um termo essencial na obra de escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto, na medida em que *Os sertões* (1902) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) apontam para o atraso social e o ufanismo decorativo da Primeira República. Por sua vez, Monteiro Lobato não foge à regra, uma vez que *Urupês* (1918) e *Cidades mortas* (1919), suas duas primeiras coletâneas de contos, apontam para a derrocada da economia cafeeira, denunciando a situação de penúria a que se mostra condenado o Vale do Paraíba, em vista da monocultura que concorre para o colapso da terra e para a situação do homem que nela habita. O sentimento de impotência que passa a predominar contribui para que essas obras iniciais denunciem a inoperância de um sistema que parece cruzar os braços, deixando que a própria terra se destrua, uma vez que a utilização de outras frentes agrícolas transforma a antiga região do café em terra arrasada, o que passa a ter reflexo nas observações do escritor.

A posição de Monteiro Lobato reitera a do antigo proprietário rural que perde seus bens, sendo obrigado se desfazer de seu patrimônio, em face da bancarrota que se faz iminente. Essa situação se torna mais do que suficiente para que seu posicionamento político divirja da ideologia dominante. No que se refere à Primeira República e suas injunções de poder, verifica-se um conciliábulo entre as lideranças que visam a manutenção de seus interesses e privilégios. Nesse sentido, a escrita de Monteiro Lobato mostra-se tão afiada quanto a de Euclides da Cunha e Lima Barreto, que como ele ajudam a descaracterizar o que poderia se consignar como um sistema político a serviço das minorias atreladas a cargos e concessões. O contraponto a essa situação de equilíbrio aparente e artificial pode ser observado na denúncia que Monteiro Lobato traz à luz. Para tanto, serve-se de elevada dose de humor acerca de um lugar indevido, no que se refere às agruras que acometem o homem vitimado pela incúria de um sistema predatório que se utiliza do esgotamento da terra para ocupar outras áreas, seguindo-se a devastação que lesa o meio ambiente. Nesse sentido, *Urupês* e *Cidades mortas* colaboram para que Monteiro Lobato inscreva-se como escritor que supera a mera condição regionalista para situar-se como um crítico de valor inegável.

Na galeria das personagens criadas por Monteiro Lobato, Jeca Tatu situa-se como registro significativo entre todos os demais. Antes de Jeca Tatu, fora criado o Zé

Brasil, imagem acabada do homem brasileiro, sendo essa personagem descartada, ao cair no esquecimento. Jeca Tatu, por sua vez, passa a simbolizar o modo de ser do caipira paulista, no que se refere à falta de ânimo do homem dominado pela verminose que lhe rouba a energia vital. Diante disso, expressa a inconformidade do escritor em vista da realidade de uma terra vitimada pelo espírito devastador do capitalismo predatório, no que tange à dependência econômica do país, bem como de um modelo de desenvolvimento que se faz representar de modo desconexo, no que se refere aos interesses da população mais pobre. A situação inerente ao campo como área produtiva que atende à demanda das exportações situa-se no esteio do sistema produtivo. A crítica que se estabelece em suas primeiras obras concorre para que se tenha a dimensão de seu pensamento, no que concerne às propostas que aglutina. O projeto que defende, na condição de escritor, tende a associar-se ao programa político que tenta colocar em prática, uma vez que o homem de ação e o intelectual ampliam sua atividade ao limite de um trabalho que se consigna na prática do que propugna.

Em vista disso, a posição de Monteiro Lobato com relação ao sentido refratário do sistema confirma-se como extensão de uma obra que em seu conjunto sintetiza a elaboração de um programa que lhe serve de base. A teorização do que na prática representa relação do homem com o meio acaba por sugerir a configuração de propostas que se apresentam de modo diverso, porém, afins, no conjunto de seu pensamento como escritor. Nesse sentido, Jeca Tatu significa uma expressão da insatisfação de Monteiro Lobato com os destinos do país, uma vez que sua crítica destoa o andamento que as situações se encaminham, no âmbito de demandas políticas defasadas em relação a um fluxo de desenvolvimento que se mostra em visível atraso. O descompasso brasileiro, no que se refere à ausência de medidas que atendam ao pequeno agricultor concorre como termo principal em um país com uma vastidão de terras concentradas em poder de poucos donos. Essa concentração atende aos interesses de uma ordem política clientelista que lhes favorece ao máximo. Nesse sentido, a posição de Monteiro Lobato antecipa-se à renovação modernista no que se refere às observações que aprofunda acerca das expressões arcaicas da cultura na relação do homem com a terra.

O Brasil não é aqui

A figura de Jeca Tatum sentado de cócoras à porta de um casebre de sapé, pitando fumo de rolo em um cachimbo de barro, desnutrido, pálido e sem energia para o trabalho, contraria de modo radical o modelo de sociedade a que Monteiro Lobato tem a oportunidade de presenciar nos Estados Unidos, na ocasião em que exerce a função de adido comercial no consulado brasileiro em Nova Iorque. Em posição oposta ao que representa a oferta de oportunidades de trabalho e apoio ao empreendimento que verifica em sua condição de embaixador, o Brasil contraria de modo radical a lógica do capitalismo no que concerne à ordem do lucro dividido com quem efetivamente trabalha. Assim decorre dessa premissa uma espécie de ação entre amigos baseada na costura de acordos políticos que favorecem apenas a oligarquias e grupos de força que não têm o menor interesse, tampouco a sensibilidade para atender as demandas sociais do povo. Nesse contexto, a personagem de Monteiro Lobato vive à espera de algo que nunca virá, sem ânimo para tocar adiante uma roça de milho e mandioca ou uma criação de porcos e galinhas que lhe forneçam alimento e lhe possibilitem alguma renda, anestesiado pelo choque econômico que lhe rouba qualquer possibilidade de reação:

Entre os aspectos mais significativos da Primeira República, constituídos das mais reveladoras preocupações da literatura de Monteiro Lobato nas décadas de 1900 e 1910, figuram a decadência da agricultura cafeeira na região do Vale do Paraíba e sua migração para o Oeste Paulista. (SILVA, 2012, p. 70).

Assim, as perdas acumuladas pelo homem do campo correspondem aos fracassos de um modelo de monocultura a que Monteiro Lobato não apenas percebe como resultado do acúmulo de perdas que conduzem ao fracasso. Nesse sentido, o Vale do Paraíba passa à condição de metáfora do que representa o Brasil, em vista de uma visão ampliada, se forem pensadas as demandas fundiárias e agrárias que predominam em todas as regiões do país. Jeca Tatu, portanto, aponta para a falta de assistência ao pequeno agricultor em um país de dimensões continentais que não chegou a um terno de conciliação, não tendo havido qualquer tipo de pacto social, no que se refere a uma política de reforma agrária. Do mesmo modo, a Abolição da Escravatura não resultou em um projeto de cidadania ao ex-escravo tangido das grandes fazendas que passa a perambular em busca de trabalho pelas cidades. Em vista disso, a ausência de medidas em favor de quem trabalha na terra acaba por favorecer apenas aos grandes latifundiários,

em sua maioria atrelados a interesses políticos que seus representantes defendem a preço elevado na câmara e no senado. A questão política relacionada à terra possui uma referência significativa no que Jeca Tatu significa como ponto de divergência entre interesses.

A reflexão que melhor se pode aproveitar acerca do que Jeca Tatu sintetiza, na condição de personagem refratária à ideia de progresso e desenvolvimento, diz respeito à negação do que sejam esses mesmos conceitos como sinônimos do aniquilamento de valores positivos, na medida em que a devastação da natureza implica a destruição das potencialidades humanas. Nesse sentido, a figura de Jeca Tatu representa o estágio terminal da terra esgotada pela falta de sistemas rotativos de plantio, o que inviabiliza a capacidade produtiva com extensões à vida do homem. A dimensão da devastação diz respeito ao êxodo da população que se vê atingida pela falta de perspectivas de vida e produção, ficando por conta dos que não encontram o ânimo necessário a esse deslocamento a condição de guardiões de uma terra sem futuro, da qual não conseguem retirar o mínimo necessário à sobrevivência. Assim, a observação de Monteiro Lobato serve-se de uma alegoria do atraso para que a condição humana seja apresentada em seu sentido precário por meio de uma de suas personagens mais emblemáticas:

A função do nacionalismo de Monteiro Lobato, já prestes a ser estudada, partiria então em direções diametralmente opostas ao nacionalismo em vigor. Monteiro Lobato vai estudar todas as possibilidades de adiantamento do Brasil, sob uma exagerada lente de aumento onde a verdade, dolorosa ou amena, encabeçaria – de praxe – a abertura de todos os debates. (LANDERS, 1988, p. 182).

A condição adversa referente aos que se situam à margem do processo produtivo concorre para que Jeca Tatu simbolize a falta de alternativas do trabalhador rural vitimado por seu próprio destino, condenado a roer o fio do tempo sem que ninguém lhe preste ajuda. Diante disso, cabe ser pensado o lugar de Monteiro Lobato como escritor que consegue redimensionar a crise social ao trazer suas personagens para um plano ficcional que se coaduna à necessidade de revisão que a narrativa pré-modernista incorpora como uma questão de ordem. Nesse sentido, verifica-se uma desconstrução do mito, no que Jeca Tatu poderia significar como expressão do homem brasileiro, atingido em sua condição essencial. Daí perceber-se o instante em que Monteiro Lobato contraria a ordem idealizada pelo sistema político ao conceber e dar vida a uma personagem destituída de vigor e otimismo que serve para denunciar as mazelas mais recônditas e o descompasso

inerente ao gigantismo brasileiro. Isso funciona na prática como uma alegoria do que não possui qualquer eficácia, uma vez que o ideal de crescimento que estimula a relação do homem com a pátria não se converte em medidas que que lhes sejam favoráveis.

Em vista disso, há que se pensar acerca de Monteiro Lobato, não apenas como escritor, mas também como homem de ação que estabelece diferentes relações com o que se pode conjugar a seu desejo de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Assim, em oposição à ideia de um mundo estável e organizado, o que se pode constatar na série de suas personagens infantis, situa-se o caipira opilado e subnutrido, ocupando um espaço sem valor, no que diz respeito à atuação do homem do campo como um motor da economia. A disparidade entre a família do Sítio do Picapau Amarelo e os agricultores do Vale do Paraíba estabelece termos entre o mundo da fantasia, no qual a boneca de pano e o sabugo de milho ganham vida, e a realidade devastadora em que Jeca Tatu representa as imagens do desânimo e da doença. Disso decorre a observação acerca de dois Brasis, justificando a presença de Monteiro Lobato ao lado de outros escritores que pensam a respeito do país que desejam, a exemplo de Euclides da Cunha, Lima Barreto e Mário de Andrade, quando não do país que nunca gostariam que tivesse existido:

As décadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas, sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. Por outro lado, os valores éticos e sociais mudaram tanto no nível das instituições e dos comportamentos como no plano das peças literárias. Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade (SEVCENKO, 2003, p.237).

O predomínio da agricultura cafeeira como ponto mais elevado da exportação brasileira na Primeira República acaba por gerar sucessivos impasses no que tange à oscilação dos mercados, além do fato de que as áreas de cultivo sofrem os efeitos do clima e do esgotamento do solo. Diante disso, a imposição do café como referência de mercado constitui-se em referência cultural, o que leva Monteiro Lobato a estabelecer, a partir de Jeca Tatu, a condição de quem se vê duramente pela alteração que se efetiva na ordem econômica. A constatação desse momento de perda lhe confere o lugar de observador arguto a quem cabe reiterar esse desgaste como peça fundamental de um xadrez que parece ter chegado ao seu lance final. Assim, verifica-se a falência de um modelo de

exploração da terra a que Monteiro Lobato se propõe a expor em vista da crise que se apresenta. Por sua vez, o que se pode acrescentar como termo de uma narrativa regionalista, compartimentada como segmento da história literária, não reitera os modelos de uma linguagem regional, mantendo-se fiel a um regionalismo de feição social.

Superávit e crise do café

O conto “Café! Café!” situa-se como elemento emblemático no conjunto da obra de Monteiro Lobato colocando em evidência o descompasso entre a terra e o homem, uma vez que o agricultor investe todo o seu capital na safra do café, acreditando que sua cotação em baixa no mercado exportador seja um fenômeno passageiro. Em vista disso, expande suas lavouras ocupando todo o terreno da pequena propriedade sem que nenhuma outra cultura tenha lugar, em vista de sua espera pela subida da cotação desse produto, o que não ocorre. Como se pode observar, a crise no preço do café determina não apenas a situação falimentar de um modelo específico na produção de bens, mas também o modo por meio do qual a narrativa regionalista da virada entre os séculos XIX e XX passa a lidar com temas até então inusitados. Nesse aspecto, pela primeira vez esse estilo narrativo traz à luz uma questão de efetiva dimensão social, deixando de lado o aspecto pitoresco da linguagem do caipira paulista. Nesse contexto, passa a situar-se como elemento de importância no que se refere às alterações socioeconômicas que têm efeito, em vista da crise que atinge a produção do mais valioso produto de exportação do país:

Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que tenha utilizado esse controle para alçar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. (FURTADO, 2009, p. 183).

Assim, o escritor se coloca diante da crise na condição de quem pertence a uma geração que toma para si a responsabilidade de pensar acerca dos destinos do país. Em vista de um projeto que se amplia para além da literatura, tem em suas expressões uma referência das mais significativas, no que diz respeito ao retorno do que delas advém. A confirmação de uma situação social e econômica refratária às expectativas de avanço capazes recuperar o país são como pedras a serem retiradas do caminho. Nesse sentido,

Monteiro Lobato se incumbiu da missão de pensar em soluções que perpassam parte significativa de sua obra como elementos de força que vão da crise do café à emancipação nacional pela exploração do petróleo, além de temas ligados à ciência de que sua narrativa se mostra pródiga em apresentar. Nesse sentido, cabe pensar acerca da obra de Monteiro Lobato como um conjunto de proposições de teor social que visam retirar o Brasil do que considera como estágio de atraso e submissão em razão do desenvolvimento mundial.

A isso corresponde o primarismo da relação do homem com a terra, uma vez que em “Café! Café!” torna-se evidente a relação de dependência ao principal produto de exportação do país, em vista do mercado internacional, uma vez que a monocultura se impõe como via de mão única a que se faz imperativo seguir. Nesse sentido, a situação de que se faz porta-voz coloca em questão os desvios de conduta que conspiram contra o ideal de progresso social e crescimento econômico que alimenta dentro de si em razão do que parece condenar o país à situação de inferioridade de um povo que desconhece sua força sem ter o domínio sobre seu destino. Diante disso, a dimensão crítica do que evidencia corresponde a um desejo comum a uma série de outros escritores que se mostram dispostos a pensar a respeito do Brasil como país cujas potencialidades se dispersam em razão da falta de um projeto que consiga alinhar uma enorme quantidade de situações em seu sentido favorável e propositivo. O dilema brasileiro, portanto, associa-se à necessidade de se seguir um caminho original que consiga agregar seus interesses mais dispersos em defesa do que possa representar a superação do atraso:

A crença de Monteiro Lobato no progresso, no trabalho eficiente como uma forma de produzir riqueza, no desenvolvimento econômico como um elemento redentor, acompanha a sua preocupação com a construção ou melhor, com a definição da nacionalidade, deu a ele um perfil nacionalista, cujo ponto de partida era, porém, o da crítica permanente e jamais da apologia. Conhecer cientificamente o país, diagnosticar onde estava e qual a proporção de seu atraso e, então, pensar em alternativas, esta era a conduta de Lobato. (CRESPO, 1997, p. 151).

Nesse sentido, a situação de que Monteiro Lobato se faz representante amplia-se do esgotamento da terra à deterioração do homem, na medida em que a queda do preço do café no mercado confirma-se na condição física do homem aviltado em sua saúde, uma vez que a terra perde seu valor de meio produtor de riquezas. Por conta disso, a proposta embutida no ideal de progresso e desenvolvimento que Monteiro Lobato busca agenciar por meio de sua escrita se vê fraudada, uma vez que a isso não corresponde a penalização do homem como seu principal instrumento, no que tange à expansão das

possibilidades de riquezas a serem extraídas da terra. A expectativa depositada nos dividendos do café acaba comprometendo a condição de quem da terra necessita não somente para a produção com vistas à exportação, mas também em razão de demandas da sobrevivência cotidiana, comprometida pela ação da monocultura. A isso acrescenta-se o fato que “Café! Café!” situa-se como narrativa que observa a um mesmo tempo a abundância e a ineficácia, em face da desvalorização que provisoriamente rebaixa o preço do café.

A situação do caipira paulista tem na figura de Jeca Tatu alguém para quem não parece haver qualquer alternativa, uma vez que a ele corresponde a própria realidade brasileira, como observa Monteiro Lobato, a exemplo do que a condição modernista propõe ao rever a situação de crise da qual o homem se situa como parte integrante. Daí a narrativa tornar-se uma extensão dos acontecimentos a que Monteiro Lobato presencia como parte do problema que do mesmo modo lhe desperta o interesse e lhe mobiliza. Nesse sentido, sua observação se constitui em ponto diferencial em relação ao aspecto apenas alegórico da narrativa regionalista que se estende desde o Romantismo, a exemplo de *O garimpeiro* (1872), de Bernardo Guimarães, e *O sertanejo* (1875), de José de Alencar, parecendo ser o próprio Monteiro Lobato de *Urupês* e *Cidades mortas* o primeiro escritor de destaque no que concerne à confecção de uma narrativa regionalista de sentido pré-moderno. Isso diz respeito ao que o Modernismo viria a representar, na condição de movimento orgânico que ela primeira vez traz à luz a realidade social como uma expressão paródica que se incorpora à narrativa:

A arte e a literatura modernas – antes postas à margem e consideradas caprichos de alguns iconoclastas irresponsáveis – são agora reconhecidas como expressão legítima da nossa sensibilidade e da nossa mentalidade; ocorre uma intensa radicalização política, tanto para a esquerda quanto para a direita; e a comoção das velhas estruturas sociais favorece o desejo de escrever e esquadrihar a realidade social e espiritual do país (CANDIDO; CASTELLO, 1968, p. 8).

A demanda de trabalho que leva a pensar no ideal de desenvolvimento reforça a relação do homem com a terra, uma vez que os primeiros passos da industrialização ainda não fazem suficientes para conferir ao país um lugar de destaque no cenário internacional. Desse modo, as personagens de *Urupês* e *Cidades mortas* induzem ao lugar inevitável do homem vitimado pela inviabilidade da terra como termo que atinge o limite de seu esgotamento, voltando-se contra o homem que dela se aproveita de modo inadequado. A

afirmação do lugar do trabalhador rural como depositário das esperanças de desenvolvimento denuncia uma situação que antecede o esboço de qualquer outra possibilidade, no que tange às esperanças de riqueza e prosperidade do povo. A isso corresponde um estágio pré-capitalista que antecede o do mesmo modo arcaico estágio de relacionamento Modernismo com uma elite de latifundiários do café que oferece o apoio necessário a seus membros mais importantes. Isso concorre para que tenha efeito uma enorme contradição no que se refere à configuração de uma sociedade arcaica e conservadora como contraponto ao pensamento moderno que passa ter lugar.

A morte da terra prometida

A desolação que se abate sobre a terra, tendo em vista o sentimento que move Monteiro Lobato como antigo fazendeiro do Vale do Paraíba, acaba por definir-se com clareza a partir do conto “Cidades mortas”, em vista do qual o espectro da miséria se mostra em seu plano de realidade. Nesse sentido, o que parece representar uma decepção converte-se na possibilidade dessas observações se mostrarem como páginas viradas, uma vez que ao fazendeiro falido corresponde o empresário e o adido comercial investido de ideias transformadoras. No entanto, cabe destacar a desolação que se abate sobre a terra e sobre o homem como etapa a ser observada com a devida atenção, em vista da crise social que se contrapõe ao gigantismo decorativo que atua no plano da propaganda oficial. Para efeito da relação entre a realidade e a ficção, “Cidades mortas” funciona como *habitat* de Jaca Tatu, Zé Brasil e tantos outros símbolos de um país que não atende às demandas de seu povo, uma vez que se vê atrelado aos interesses do capital especulativo a serviço de uma minoria de oligarcas sem a mínima noção da realidade social:

Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1998, p. 133).

Desse modo, “Cidades mortas”, mais uma vez, serve de libelo à relação desigual do homem com a terra, na medida em que Monteiro Lobato lança mão da crise para anunciar o lugar dos que perderam a vez, diante da realidade de um país de dimensões continentais. Esse espaço da exclusão concorre para que o caipira do Vale do Paraíba não seja senão um exilado em sua própria terra, condenado a vegetar sem a menor possibilidade de recuperação do que fora sua antiga condição. Nesse contexto, a debilidade do homem faz de “Cidades mortas” um símbolo relativo a uma política pautada no imediatismo que abandona o que deixa de ter serventia, uma vez que a prática predatória de exploração pela monocultura a nada leva em consideração. Nesse sentido, “Cidades mortas” representa um dos pontos mais elevados da observação de Monteiro Lobato acerca do lugar referente ao atraso em vista do progresso que passa a ter destaque em sua obra. São os exemplos de *O poço do visconde* (1937), que aborda a exploração do petróleo como uma alavanca do desenvolvimento, e *A reforma da natureza* (1939), que trata das pesquisas no âmbito da ciência, colocando-se essas investidas a serviço do homem.

Diante disso, a posição favorável de Monteiro Lobato, no que se refere ao progresso, não deixa de levar em consideração a medida do que parece ter deixado para trás. Nesse sentido, a visão otimista que o escritor desenvolve em uma perspectiva futura não tem com deixar de ter sua origem no atraso que o faz deixar Taubaté em direção a São Paulo, onde desenvolve as carreiras de intelectual e empreendedor. A perspectiva diante do processo que se efetiva com a iniciativa modernista não tem como deixar de considerar as instâncias relativas ao trabalho como sinônimo da obsessão que o progresso passa a representar. No entanto, há que se colocar em evidência os dois lados de uma mesma moeda, uma vez que o contraponto relativo a uma terra desolada em relação a outra que se mostra produtiva fica exposta como chaga social cicatrizada ou elemento que contraria o otimismo presente não ação modernista, correspondendo ao atraso que parece não ter como ser superado:

É nesse momento que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento. (SEVCENKO, 2003, p. 32).

A configuração de “Cidades mortas” como um dos contos em que se pode detectar o lugar da crise coincide com seu desejo, no que toca às transformações sociais que sua obra busca acompanhar *pari passu*, quando não se situa como protagonista do

que tem como elemento primordial. Na verdade, a situação decorrente do descaso que sobre o Vale do Paraíba passa a prevalecer não deixa de acompanhar a trajetória do escritor, uma vez que as etapas que a essa situação se sucedem, no âmbito de sua obra, confirmam-se como propostas exitosas em oposição ao que não apresenta uma solução a curto prazo. A mudança na fronteira agrícola concorre para que o cultivo do café ganhe impulso. No entanto, o que passa a significar a abundância de uma região constitui-se na derrocada da outra, uma vez que os fatores produtivos em desordem se confirmam como elementos de onde advém cada uma das personagens caipiras afugentados de sua terra como pragas daninhas:

O resultado é um mosaico: o virtuosismo poético de Olavo Bilac, as vaguidades não menos rebuscadas dos simbolistas, a denúncia urgente e contorcida de Euclides da Cunha ou Raul Pompéia, o regionalismo de Monteiro Lobato, entre 1890 e 1920, configuram a produção literária brasileira em suas várias vertentes. Entre estas, mesmo as que se proclamavam (ou eram proclamadas) menos radicais assumiam como função dos projetos e dos textos a tarefa missionária de dar testemunho de seu país, atuando por meio da literatura, no ambiente que desejavam transformar (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 27).

Nesses termos, a singularidade da obra de Monteiro Lobato atrela-se a seu projeto de empresário e homem público para além do olhar do ficcionista, uma vez que representa o sentido da nacionalidade crítica que o faz diferir da maioria de seus pares no período que antecede o Modernismo como índice de transformação da cultura brasileira. Nesse contexto, Monteiro Lobato empreende toda a sua força criativa e sua intuição no sentido de contribuir com as mudanças que o país tanto necessita. No caso específico de “Cidades mortas”, a constatação do encerramento de um ciclo faz com que sua obra se volte para o que pode dar certo, enfatizando o progresso como um movimento sem retorno. Assim, não há como se possa estabelecer um desligamento do que Monteiro Lobato representa como um símbolo pré-modernista de resposta à euforia parnasiana de sentido meramente alegórico. A posição decorrente de sua representação no cenário das letras concorre como termo determinante, no que diz respeito à caracterização de um país desigual que não contempla o esforço e o trabalho dos mais pobres, aumentando com isso sua distância com relação à prosperidade.

O contraste entre o atraso que verifica e o progresso que se deseja situa-se no que Monteiro Lobato concebe como possibilidade de sua obra vir a atuar de modo pleno, superando a condição de mero mecanismo de entretenimento. Por conta disso, “Cidades

mortas” posiciona-se como imagem extraída de um cenário paralisado diante do que se instaura como imposição do mundo moderno, em face da velocidade das ações que se fazem urgentes, na via irreversível do que se traduz como expressão da vida. A isso acrescenta-se uma linha de pensamento que condiz com o escritor por meios que nem sempre dizem respeito ao que a crítica dele espera, frustrando seguidamente o plano de expectativas que parecem oscilar. No entanto, não existe qualquer possibilidade de ser negado a Monteiro Lobato o posto de observador privilegiado que traduz em sua obra a irremediável situação de desigualdade social. Ao mesmo tempo, busca decifrar essa condição em vista do progresso como um elemento redentor. Por isso, “Cidades mortas” continua a pontificar como retrato sem retoques da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: Modernismo*, v. 3. São Paulo: Difel, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CRESPO, Regina. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato e seus projetos para a nação*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Luciana Meire da. “Cidades mortas; o rural como sinônimo de atraso e decadência”. São Paulo: *Revista Plural*, v. 19, 2, 2012, p. 69-82.

Recebido em: 04/08/2020

Aprovado em: 17/02/2020

Publicado em: 24/03/2021